

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA CRIANÇA DO CAMPO NO CONTEXTO DE UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE GUANAMBI-BA

Leila Lobo de Carvalho

Graduanda em Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia - DEDC Campus XII
Guanambi

Edna Neves Pereira

Graduanda em Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia - DEDC Campus XII
Guanambi

Tatyanne Gomes Marques

Professora da Universidade do Estado da Bahia - DEDC Campus XII Guanambi

Resumo: O presente trabalho é parte do projeto de pesquisa que tem como objetivo analisar a construção da identidade da criança do campo no contexto de uma escola do município de Guanambi- Bahia. Objetiva-se conceituar a educação do campo, discutir sobre os elementos que constituem a identidade campesina da criança e analisar como se trabalha a cultura do povo do campo no processo de escolarização. Para tanto, utilizaremos o diário de campo, observação de aulas, entrevista semiestruturada com estudantes, professores e com os pais/ mães. Por se tratar de uma pesquisa em andamento, até o presente momento a revisão bibliográfica permite compreender a necessidade de ampliação da pesquisa educacional voltada para a questão da identidade da criança do campo, haja vista que a escola é um dos locais que perpassa esse processo constante que é a constituição da identidade. Esta pode ajudar no processo de afirmação ou negação da identidade campesina.

Palavras chave: Educação do Campo. Identidade. Criança. Escola

Introdução

A construção da identidade da criança perpassa por um processo social de influências por meio do qual a família é a primeira instituição onde se tem o início de uma descoberta de identificação que se dá gradativamente, conforme o desenvolvimento

da criança nesse contexto. Nesse sentido, além da família, tem-se a igreja, o grupo de amigo, a escola, entre tantos outros que desempenham também a função de construção da identidade.

A problemática que envolve nossa pesquisa surge com a dificuldade de encontrar fontes que pesquisam sobre a temática “a construção da identidade da criança do campo no município de Guanambi”, haja vista que nosso intuito é desenvolver uma pesquisa que venha contribuir para que os professores da rede municipal tenham acesso a esse estudo, para que o mesmo os auxilie a desenvolverem uma prática pedagógica que considere as especificidades dessas crianças.

Entendemos que enquanto Pedagogas, profissionais habilitadas para trabalhar com Educação Infantil, sentimos a necessidade de pesquisar essas questões, no intuito de dar visibilidade às práticas educativas que ocorrem nas escolas e como elas interferem na construção da identidade.

O estudo que se pretende realizar busca discutir sobre Educação do Campo e sua relação com a construção de identidade da criança do campo. Esse é um tema que desde sempre nos despertou interesse e de maneira especial o trabalho se justifica por termos as nossas raízes fincadas no campo.

A pesquisa será realizada em uma escola do município de Guanambi que passou por um processo de nucleação das escolas do campo e, diante dos estudos realizados sobre essa mudança brusca de retirada das crianças para um novo contexto da cidade, pressupõe-se que ocorre sérios problemas que, em longo prazo, agravarão ainda mais. Com isso, buscaremos conceituar educação do campo, discutir sobre os elementos que constituem a identidade campesina da criança e analisar como se trabalha a cultura do povo do campo no processo de alfabetização/escolarização e, nesse sentido, promover uma ampliação do acesso a informações que possibilitem uma maior compreensão da realidade educacional local.

Acreditamos que esse processo de investigar como se dá a educação de sujeitos do campo que, por vezes, são rotulados como atrasados, será um momento de ressignificação da nossa própria identidade, pois somos oriundas da zona rural. Esse contato aprofundado com as literaturas específicas nos remete ao tempo em que vivíamos no campo, às brincadeiras da infância, aos costumes, tradições religiosas, fatos corriqueiros do campo, que marcaram a nossa vida e que, com a vinda para a cidade, ficam guardados na memória.

Educação do/no campo: apontamento da literatura.

As discussões sobre Educação do Campo são recentes, surgiram por volta do fim da década de 90 com as mobilizações dos movimentos sociais em busca de uma política educacional que contemplasse as especificidades do povo do campo, dessa forma:

O surgimento da expressão “Educação do Campo” pode ser datado. Nasceu primeiro como Educação Básica do Campo no contexto de preparação da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em Luziânia, Goiás, de 27 a 30 de julho 1998. Passou a ser chamada Educação do Campo a partir das discussões do Seminário Nacional realizado em Brasília de 26 a 29 de novembro 2002, decisão posteriormente reafirmada nos debates da II Conferência Nacional, realizada em julho de 2004. (CALDART, et al 2012, p.259-260)

Assim surge o movimento que traz uma nova discussão no âmbito educacional do país, que até então, falava apenas em educação rural. Como podemos notar o conceito de educação do campo, é algo recente, não existia há pouco mais dez anos atrás. Trata-se de um tema que tem por base as lutas de movimentos sociais para garantir o direito de se ter uma educação no seu local de moradia, sendo que, esta deve ser específica para seu público alvo, deve respeitar os saberes acumulados e ainda ter o seu currículo voltado para as questões do campo.

Portanto, conceituar a educação do campo é difícil, pois este se encontra em movimento como todos os conceitos e ainda mais porque busca apreender um fenômeno em fase de constituição histórica de sua realidade.

Desse modo, podemos interar como afirma Marques, 2010, que:

[...] a educação do campo é conceituada como uma educação que nasce de uma outra forma de pensar o campo em um outro projeto de desenvolvimento, assim como é pensada a partir da compreensão do direito concreto e não abstrato dos sujeitos que vivem no campo ou se vinculam a ele (MARQUES, 2010, p.47).

Assim, pode-se entender que a educação do campo deve ser pautada na compreensão da ideia de direito e em uma concepção mais ampla de educação. No que se refere à escolarização deve-se pensar em um sistema de ensino que, ao invés de promover uma adaptação da educação urbana, propõe-se como uma educação específica e diferenciada e, sobretudo, que visa à formação humana plena. Formação esta que atue

no sentido de construir referências culturais e políticas para a intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade.

Falar da educação do campo é pensar em um modelo de educação que observa o direito que uma população tem de pensar o mundo a partir do lugar onde vive, ou seja, da sua terra e de sua realidade. Diferentemente da educação rural que visava a adaptação de uma educação voltada para as formas de produção urbana e tinha como objetivo a retirada dos sujeitos do campo para ser explorada pelos modos de produção capitalista da cidade.

Dessa forma, o que se fala hoje não é mais em adaptação, pois dá o sentido de colonização, mas sim de uma proposta pedagógica específica feita com e para os sujeitos do campo. Exemplificando, seria dizer que hojeo que o movimento “Por uma Educação do Campo” propõe uma autonomia aos educadores para criar um currículo próprio que visa uma educação contextualizada para os povos do campo.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEPE- AT(2007) discorre que as escolas rurais apresentam características de infraestrutura bastante distinta daquelas observadas nas escoas urbanas. Em termos de recurso disponível as escolas do campo são bastante precárias. Estas afirmações nos permitem constatar que a escola do campo está em desvantagem, se comparada com a escola da zona urbana. Sendo que esta condição pode desencadear problemas que podem vir a comprometer a matrícula, a permanência e o desempenho educacional dos educandos do campo.

A LDB 9.393/96 em seu artigo 28 determina que:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Esta lei surge como um divisor de águas, pois reconhece a diversidade sociocultural e o direito de todos os indivíduos à educação, independente de seu local de moradia. Permite, assim, uma organização escolar própria, a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas. Dessa forma, a escola tem total liberdade para trabalhar conteúdos próprios vinculados a sua realidade. É claro que

respeitando as proposições gerais da LBD no que diz respeito aos conteúdos comuns a todas as instituições de ensino.

Assim, é de extrema relevância ressaltar que a educação para a população do campo é um direito e que políticas específicas para o atendimento desses indivíduos devem levar em conta as formas de viver e conviver desses povos. Ideia esta reafirmada na resolução Nº 2 de 28 de abril de 2008 que observa:

Art. 1º – A Educação do Campo compreende a Educação Básica em suas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de nível médio integrada com o Ensino Médio e destina-se ao atendimento às populações rurais em suas mais variadas formas de produção da vida.

Dessa forma, entendemos que o projeto de uma educação do campo deve apresentar uma visão ampla respaldada em conhecimentos científicos e culturais que atuem na promoção também da escolarização digna a essa população, que por anos teve e continua tendo grande parte de seus direitos educacionais não atendidos pelo poder público.

A construção da identidade campesina da criança no contexto escolar

Discutir identidade pressupõe primordialmente de uma compreensão do termo para aprofundarmos nas discussões. É um termo de várias conceituações a depender do momento histórico que estivermos inseridos ou não.

A identidade é uma construção multirreferencial, definida por processos complexos de significação socialmente determinados. Portanto, não é uma positividade, não é um absoluto que se encerra em si mesmo, é uma relação (RIOS, 2011, p.44)

Se ela é uma relação, como afirma a autora acima, subentende-se que diversas identidades podem ser constituídas a depender de como são estabelecidas as relações entre determinados sujeitos em cada momento.

Entender a construção da identidade campesina da criança perpassa por entender como são estabelecidas as relações sociais na família, escola, grupo de amigos e na igreja. Segundo Kollinget.all,

A educação do campo se identifica pelos seus sujeitos: é preciso compreender que por trás da indicação geográfica e da frieza de dados

estatísticos está uma parte do povo brasileiro que vive neste lugar e desde as relações sociais específicas que compõem a vida no e do campo, em suas diferentes identidades e em sua identidade comum; estão pessoas de diferentes idades, estão famílias, comunidades, organizações, movimentos sociais(KOLLING,et.all, 2002,pag.27).

Como vemos, é na multiplicidade de identidades que cada um constrói seu próprio reconhecimento enquanto sujeito do campo, através das experiências com outros, seja em casa, na escola, na igreja, nos sindicatos, nos movimentos sociais ou em qualquer espaço que exista relações humanas é propiciado através da diversidade de valores e culturas a ressignificação dessa identidade campesina.

Nesse sentido, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil - DCNEI reconhece a importância do respeito á diversidade aos povos do campo quando traz no artigo 8º em seu paragrafo 3º que:

As propostas pedagógicas da Educação Infantil das crianças filhas de agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, quilombolas, caiçaras, povos da floresta, devem:

I – reconhecer os modos próprios de vida no campo como fundamentais para a constituição da identidade das crianças moradoras em territórios rurais;

II – ter vinculação inerente à realidade dessas populações, suas culturas, tradições e identidades, assim como as práticas ambientalmente sustentáveis;

III – flexibilizar, se necessário, calendário, rotinas e atividades respeitando as diferenças quanto à atividade econômica dessas populações;

IV – valorizar e evidenciar os saberes e o papel dessas populações na produção de conhecimentos sobre o mundo e sobre o ambiente natural;

V – prever a oferta de brinquedos e equipamentos que respeitem as características ambientais e socioculturais da comunidade.

Quando se tem a concretização de uma luta em forma de leis podemos entender que alcançou-se um passo importante de um logo processo de lutas. O reconhecimento do modo próprio de vida no campo e a possibilidade de junção da cultura local com a cultura escolar em busca da sistematização do conhecimento, dá um novo significado a aprendizagem, reafirma as raízes dos educandos e materializa a educação contextualizada.

Após o reconhecimento de um direito adquirido tem-se que lutar para que este seja de fato cumprido, mas a falta de informação torna-se um obstáculo desta caminhada, no sentido de que na maioria das vezes o que acontece é que os indivíduos contemplados com essas políticas a desconhecem, o que impede que esses povos

tenham autonomia para reivindicarem e fazer materializar esse direito a uma educação contextualizada e vinculada com o campo, como está proposto pela DCNEI, bem como pelas resoluções de 2001 e 2008.

A proposição de pesquisar sobre como se dá a construção da identidade da criança do campo foi por entender que a valorização da identidade campesina deve se preservada nas crianças, como sendo motivo de orgulho por pertencer a um território de valores e culturas que não deve se perder a partir de outras relações sociais, em outros espaços (como a escola na cidade, por exemplo). Haja vista que as escolas do município a ser pesquisado passaram por um processo de nucleação, e nessa junção de culturas urbanas e rurais se a escola não trabalhar as peculiaridades de cada cultura, não no sentido de ter uma como superior a outra, mas permitindo que a criança compreenda que é através da diversidade que se constitui a humanidade, pode se aumentar a exclusão da criança do campo. Desse modo, a escola deve permitir que as crianças compartilhem entre si seus modos de vida em uma perspectiva de respeito às diferenças.

Metodologia da pesquisa

No desenvolvimento de uma pesquisa é necessário que tenhamos clareza do objeto a ser pesquisado e, primeiramente, faz-se imprescindível conceituarmos o método que, segundo Lakatos, Marconi:

é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros -traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista (LAKATOS MARCONI, 2011, p.46).

Dessa forma, pretendemos fazer uma pesquisa de campo de forma criteriosa e objetiva, não com intuito de mantê-la de forma estática, mas sim para sabermos como caminhar e, se necessário, refazer os caminhos até alcançarmos os objetivos da investigação proposta.

Para a realização do trabalho, será utilizada uma abordagem qualitativa, pois o método qualitativo difere do quantitativo não só por não empregar instrumentos estatísticos, mas também pela forma de coleta e análise dos dados. A metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as

investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamentos etc.(LAKATOS, MARCONI; 2011).

No primeiro momento, foi realizado o levantamento bibliográfico que consiste na seleção de obras que se revelam importantes e afins em relação ao que se deseja conhecer (MOROZ E GIANFALDONI, 2006).

Para isso, pesquisamos na literatura específica, os teóricos que discutem a temática e as leis que garantem as políticas públicas a fim de nos apropriarmos de todo conhecimento que diz respeito à temática, no intuito de sistematizar um novo conhecimento a respeito da Educação do e no Campo, em uma perspectiva de construção da identidade.

Trabalharemos com educandos e educadores de uma escola Municipal Rômulo Almeida localizada no município de Guanambi-ahia que recebe alunos do campo, com os familiares, associação e os responsáveis pela coordenação e gestão da escola.

Os participantes da pesquisa serão selecionados com base no que afirma Moroz e Gianfaldoni:

Que as características relevantes do sujeito praticamente estão dadas pelo problema de pesquisa e pelo plano de análise; retomando-se estes dois aspectos, têm-se os critérios de identificação dos sujeitos que deverão participar do estudo (MOROZ E GIANFALDONI, 2006, p.75)

Ao pensarmos neste aspecto, é que selecionaremos esses participantes, para que a análise seja de forma abrangente, não apenas de conteúdos teóricos, mas de pessoas reais que têm todo um acúmulo de saberes e conhecimentos empíricos que a literatura por si só não conseguiria nos transmitir.

Dessa forma elencamos alguns critérios para seleção de estudantes, professores e pais e mães. Previamente estabelecemos os seguintes critérios para cada segmento; para estudantes: serem alunos do campo; estudantes do sexo feminino e masculino e de início, crianças do 1º ano e 5º ano do Ensino Fundamental; para professores: que atuam com turmas que tenham, na maioria, alunos do campo; professores que atuem com crianças do 1º ano e 5º ano do Ensino Fundamental e professores que atuem com os estudantes a serem entrevistados; para pais e mães: que sejam pais dos estudantes a serem entrevistados.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa e como característica da mesma esses critérios poderão ser alterados caso seja necessário no andamento da pesquisa. Entendemos que não podemos pensar em identidade dos educandos do campo sem

realizar uma escuta das perspectivas, dos sonhos e das dificuldades vivenciadas por essas crianças.

Os instrumentos de coletas de dados serão: observação de aulas, reunião de pais e mestres, entrevista semiestruturada com alunos e suas famílias. Esse prévio planejamento é essencial, pois só à medida que se tem claro o que deve ser observado é que se tem maior probabilidade de evitar irrelevâncias ou de identificar aspectos que, embora não previstos, deveriam ser considerados (MOROZ e GIANFALDONI, 2006).

Com o decorrer da pesquisa e de acordo as necessidades, acrescentaremos outros métodos de coleta de dados para que possamos qualificar a pesquisa.

Conclusão

Com a revisão de literatura um dos conceitos que mais se evidenciou durante nossas leituras foi a própria compreensão do termo educação do campo, pois este ultrapassa os limites da compreensão sobre educação, no sentido da escolarização, ela envolve também os processos de escolarização, mas vai além, pois abrange toda as formas de educação que perpassa a vida humana.

Nesse sentido. reafirmamos que a educação para a população do campo é um direito e que políticas específicas para o atendimento desses indivíduos devem levar em conta as formas de viver e conviver desses povos.

Por se tratar de uma pesquisa em andamento, até o presente momento a revisão bibliográfica permite compreender a necessidade de ampliação da pesquisa educacional voltada para a questão da identidade da criança do campo, haja vista que a escola é um dos locais que perpassa esse processo constante que é a constituição da identidade. Esta pode ajudar no processo de afirmação ou negação da identidade campesina.

Referências

CALDART, Roseli Salete, et al. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Básica (CEB). Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008. Brasília. 2008, p. 25.

KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. **Educação do Campo: Identidade e políticas Públicas**. Brasília: Articulação nacional Por Uma Educação do Campo, 2002. Pag.27

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BRASIL. LDB 9394/96, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm acessado dia 09/12/2013.

MARQUES, Tatyane Gomes. **Pedagogia da terra: significados da formação para educadores e educadoras do campo**. UFMG/FaE, 2010.

MOROZ, Melania; GIANFALDONI, Mônica Helena T.A., **O processo de pesquisa: Iniciação**. 2. ed. Brasília: Liber livro, 2006.

Panorama da educação no campo. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007, p.44.

Resolução de 2008, disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/rceb002_08.pdf acessado dia 22/11/2013.

RIOS, Jane Adriana Vasconcelos Pacheco. **Ser e não ser da roça, eis a questão!** Identidades e discursos na escola. Salvador: Edufba,2011.